



A ESCOLA DO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DOS EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO DO ASSENTAMENTO 40/45 EM ALCOBAÇA – BAHIA

Erivelton Santos Rodrigues¹

Orientadora: Yolanda Aparecida de Castro Almeida²

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão sobre a educação do campo e a formação humana a partir da valorização da identidade dos educandos frente a uma lógica global que tende a homogeneização dos sujeitos. Objetiva oferecer elementos para compreender de que maneira a Escola Estadual Vinte e Cinco de Julho – Extensão Assentamento 40/45, localizada na zona rural do município de Alcobaca – Bahia, se organiza e trabalha para a formação, afirmação e valorização da identidade cultural dos seus educandos perante o mundo globalizado. Este é um estudo de caso, no qual priorizou-se o método qualitativo e para coleta de dados utilizou-se observação participante e entrevistas semiestruturadas com os professores e secretária autorizada da referida escola. Caldart, Arroyo e Woodward formam a base teórica desse artigo, os dois primeiros por serem referências no que concerne à educação do campo no Brasil e a última por seus estudos sobre identidade cultural no mundo contemporâneo. Percebeu-se que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a educação do campo da Bahia ainda apresenta dificuldades na implementação das políticas públicas que respalda essa modalidade de ensino. A falta de suporte pedagógico apresenta-se como um dos principais problemas no que diz respeito a implementação de um modelo de educação voltado à valorização da identidade dos sujeitos do campo perante o mundo que tende à homogeneização cultural dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação, Campo, Identidade.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão foi produzido com base na dissertação de mestrado que tem como tema “As práticas pedagógicas e a valorização da identidade cultural dos educandos do campo”. No decorrer da pesquisa buscou-se elementos que comprovassem a maneira pela qual a escola do campo corrobora a valorização e afirmação das identidades dos seus educandos frente ao mundo globalizado.

No mundo atual é inviável refletir as áreas rurais enquanto guetos, isolados do mundo moderno, inclusive, muitas vezes, não se pode negar que o campo e a cidade, que outrora

¹ Mestrando do Curso de Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré - FVC, vetopensa@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Geografia - Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica – PUC – Minas, yalmeida@uneb.br;



representavam espaços antagônicos, encontram-se cada vez mais interligados. Alguns fatores contribuíram e contribuem para intensificação da interação entre campo e cidade, com destaque para o aumento da malha viária, das transações comerciais existentes entre os espaços rurais e urbanos e pela implementação no campo de recursos tecnológicos como a energia elétrica, o rádio, a televisão e em ainda em menor escala, a internet.

Contudo, é notório que existem diferenças históricas e culturais entre o campo e a cidade, e que estas diferenças, muitas vezes, não estão recebendo a devida consideração no que se refere às práticas pedagógicas. O cotidiano vivenciado pelas pessoas, as relações que são constituídas numa comunidade, a forma como estas pessoas constroem os seus valores são elementos primordiais na constituição da identidade de um povo e, por isso, acredita-se que devem ser respeitados pelas propostas educacionais.

De acordo com Caldart (2004), os camponeses e camponesas³, e, por conseguinte, seus familiares, têm uma raiz cultural distinta dos indivíduos urbanos tornando-os culturalmente diferentes na forma de se relacionarem com o meio e com os outros. Quanto mais forem ressaltadas as especificidades do homem e da mulher do campo, mais se faz necessário uma educação específica para os mesmos.

Não obstante, a proposta para a educação no campo elaborada pelos movimentos de luta pela terra, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), é estruturada em escolas do campo que contribuam para a formação, afirmação e valorização da identidade cultural dos povos camponeses. Mas, em que medida esta ideia de pertencimento e identidade vem ocorrendo nas escolas do campo? De que maneira os educadores do campo percebem e reagem diante da globalização que tende a homogeneizar pensamentos e comportamentos?

Nessa perspectiva, esse trabalho tem como escopo oferecer elementos para compreender de que maneira o Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho – Extensão Assentamento 40/45, localizado no município de Alcobaça – Bahia, contribui para a formação, afirmação e valorização da identidade cultural dos seus educandos perante o mundo globalizado.

Para tentar alcançar o objetivo proposto optou-se pelo método qualitativo, dado o caráter social da pesquisa. Destarte, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com o corpo docente

³ Entende-se por camponeses e camponesas aqueles indivíduos que apresentam uma ligação íntima com a terra, que vive no campo e trabalha no campo.



e administrativo da instituição escolar supracitada, visando ampliar a percepção que os mesmos têm da educação no campo.

Diante das respostas e percepção dos sujeitos entrevistados, verificou-se a ausência do Estado na valorização da cultura e educação do campo, no que concerne à assistência material da escola (livros didáticos, Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs), ausência de coordenação pedagógica, inexistência de capacitação do corpo docente para atuar na educação do campo. Nesse contexto, dificultando o trabalho administrativo e pedagógico, o que resulta, entre outros, na desvalorização da cultura dos camponeses e camponesas do Assentamento 4045.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório na qual priorizou-se pelo método qualitativo. Por se tratar de uma pesquisa de cunho social acredita-se que alguns significados como valores, identidade, cotidiano e relações sociais são difíceis de serem quantificadas, ou seja, busca-se aqui a análise de relações e fenômenos que não podem ser reduzidos a operações e variáveis. Para Triviños (1987),

É interessante salientar, uma vez mais, que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico (TRIVIÑOS, 1987, p. 133)

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com os três professores, que atualmente lecionam na escola e com a secretária autorizada, que no momento da pesquisa respondia pela unidade de ensino. Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando o uso das suas falas na pesquisa, porém sem identificação dos nomes dos mesmos. Utilizou-se, também, para coleta de dados a pesquisa documental e a observação participativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da identidade e a educação do campo

Quando nascemos encontramos um meio humano, constituído com sua língua, seus costumes, sua moralidade, sua religião, sua organização política e sua história específica. Tudo que pensamos, dizemos, percebemos se encaixa em um meio humano, no qual nos



familiarizamos e nos enquadrados. Esse contexto pré-estabelecido desvenda a existência da chamada cultura. (SAVIANI, 1981)

A cultura, atributo próprio dos seres humanos, tem várias concepções dentro de algumas áreas de conhecimento, como a antropologia, a pedagogia, a sociologia, entre outras. De acordo com Forquin (1993), diz respeito às crenças, valores, costumes, comportamento humano, propriedades comuns de uma comunidade em questão. Sendo assim, sociologicamente, a cultura não pode ser estudada individualmente, mas sim em coletivo num determinado espaço, que comumente é sucessivo, portanto, ela resulta da comunicação entre as pessoas, sendo esse convívio imprescindível em qualquer sociedade.

Ao definir identidade, Woodward (2000) sugere que as identidades são marcadas pela existência de um conjunto resistente, único, de características, que agrupamentos de indivíduos apresentam com fortes laços de interação. Para a autora estas características são resistentes perante o tempo. Quando pensamos em pessoas que nasceram no campo, ou vivem há tempos nesses espaços, que sobrevivem em pequenas propriedades rurais, comumente pensamos em indivíduos que apresentam uma relação forte com a terra. São indivíduos que possuem uma forma singular de se relacionar com o meio, de trabalhar, de se relacionar com seus pares e que tende a resistir ao tempo e as opressões.

Ainda para a autora a identidade é relacional, ela não existe sozinha, necessita-se de um comparativo, um algo diferente que contraste com ela mesma. Da síntese desta contradição nasce a ideia da essência daqueles que pertencem e os que não pertencem a um determinado grupo identitário, ou seja, é a possibilidade, segundo a autora, de dividirmos os grupos sociais em “nós e eles”.

No mundo contemporâneo discutir identidade se tornou uma tarefa muito complexa, pois o avanço do processo de globalização vem contribuindo intensamente para a homogeneização cultural. As melhorias dos meios de comunicação de massa, como televisão e internet, se apresentam como eficientes instrumentos na construção de novas identidades causando uma verdadeira “crise da identidade”.

A escola, por sua vez, se apresenta como espaço de construção e reprodução de conhecimentos. As relações estabelecidas em âmbito escolar propiciam um conjunto de relações que permitem aos indivíduos que as vivenciam trocas de experiências capaz de fomentar a afirmação, a valorização ou até mesmo negação da cultura e da identidade de seus atores. Para Arroyo (2004, p. 14) “A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos”. A



ideia exposta por ele é que a escola seja capaz de ampliar a forma de seus educandos enxergarem o mundo e a si mesmos a partir de sua identidade, valores e culturas.

Entretanto, diante da conjuntura em que as escolas localizadas na zona rural vivenciam, não faltaram leis para romper com a velha concepção de idealizar o campo como lugar de atraso, e, sobretudo, para propiciar aos moradores do mesmo uma educação que respeite sua cultura, sua identidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, prevê a valorização da cultura e da identidade dos camponeses e camponesas, assim como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada em 2002. Esta última é fruto de grandes debates acerca da educação das áreas rurais, encabeçada principalmente por movimentos de luta pela terra. (REIS, 2004)

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo indicam a necessidade de projetos pedagógicos nos diversos sistemas de ensino na perspectiva da cidadania, que atendam as diferenças culturais e regionais e a política de igualdade e inclusão. Os artigos 4, 5 e 6 sugerem que as escolas do campo devem incluir em seus Projeto Político Pedagógico (PPP) a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Martins (2005) ressalta que há resistência no âmbito da escola, na qual o conteúdo curricular ainda não é trabalhado no contexto da cultura do campo e que essa resistência em se reformular a educação ofertada nas escolas no campo perpassa pela cultura do professor, sugerindo que o ensino propiciado pelas escolas do campo deveria ser mais flexível e culturalmente adaptado. Segundo esse teórico, a educação básica na cidade é quase que apenas projeção da ideologia de classe média do educador. O mesmo acontece no campo. Prevalece, ainda, em grande parte, a concepção de que o educador não precisa ser educado ou reeducado para exercer sua atividade docente.

O modelo de educação vigente nas zonas rurais tem sido, em termos gerais, descontextualizado. Contudo, segundo Martins (2005), as questões que envolvem a educação do campo são mais complexas do que na cidade, são questões que necessitam ser dialogadas, repensadas, para se compreender que o campo não é sinônimo de passado, o campo é contemporâneo, porém, singular e precisa ser respeitado o direito de ser diferente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



O Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho – Extensão Assentamento 40/45: estrutura física e perfil dos professores

A importância histórica do Assentamento 40/45 foi fundamental para a definição do local de estudo de caso da pesquisa, o Colégio Estadual Vinte e Cinco de Julho – Extensão Assentamento 40/45. O assentamento tem sua origem ainda nos anos de 1980, sendo considerado o assentamento mais antigo da região Nordeste e, por essa razão, torna-se uma referência para o MST e para aqueles que estudam a história e a dinâmica desse movimento social.

Em 5 de setembro de 1987 tem início a ocupação de terras que vai originar o Assentamento 40/45, em uma área de 5.100 hectares localizada no município de Alcobaça – Ba, denominada 4.045. No momento da ocupação a terra já se encontrava desapropriada pelo Decreto n.º 93.024, de 15 de março de 1987 e a emissão de posse foi concedida em 2 de junho de 1987, conforme portaria 483 da Presidência da República. (ARAÚJO, 2007)

Logo após a ocupação da terra os camponeses e camponesas iniciam a fase de estruturação do assentamento e, conseqüentemente, fez-se necessário fornecer educação escolar para os camponeses e seus filhos e nesse contexto tem início a Escola Municipal Elói Ferreira da Silva, escola de ensino fundamental I e II. Somente no ano de 2008, após várias reivindicações dos assentados, é que se instala no assentamento uma escola de ensino médio.

A princípio, a recém constituída escola era uma extensão do Colégio Estadual Eraldo Tinoco, localizada da cidade de Alcobaça. Em 2011, deixa de ser uma extensão, nascendo assim o Colégio Estadual do Campo Karl Marx. Entretanto, em decorrência da ausência de um gestor e a redução do números de alunos a escola é extinta em abril de 2020 e novamente passa a ser uma extensão, porém, desta vez, de uma escola do campo, o Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho, localizado na zona rural do município de Prado – Ba, distante 125 quilômetros do Assentamento 40/45.

A extensão do Colégio Vinte e Cinco de Julho localizada no Assentamento 40/45 possui 3 salas de aula com capacidade de acomodação de 40 alunos em cada sala, no entanto, no início ano letivo de 2020 haviam apenas 25 matriculados, todos no turno noturno. Além das salas de aula, a escola possui uma sala de secretaria, dois banheiros, uma cozinha, uma sala de direção e uma sala grande, na qual seria destinada às aulas de informática, entretanto a instituição não possui computadores.

No que diz respeito às TICs percebe-se que além de não contar com computadores, a escola tampouco possui impressora, televisão, som ou projetor de imagens. Somente no atual



ano foi instalada rede de internet, porém raramente é disponibilizada aos alunos. A ausência das TICs é apontada pelos professores da unidade de ensino como sendo um fator que contribui negativamente na qualidade das aulas e limita a interação dos educandos e educadores com outras realidades.

O Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho – Extensão Assentamento 40/45 tem duas funcionárias da área de limpeza, uma secretária autorizada e apenas 3 professores, todos moradores do assentamento e trabalham em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) emergencial, ou seja, são indicados por lideranças do próprio assentamento e contratados pelo estado da Bahia por período de dois anos podendo ter seus contratos estendidos por mais dois anos.

Os docentes contratados da referida escola lecionam por área de conhecimento. O professor para área de Ciências Humanas, 39 anos, é licenciado em Pedagogia e Educação Física, entretanto leciona as disciplinas de Geografia, Sociologia, História e Artes. A professora da área de Ciências Exatas, 24 anos, é licenciada em Matemática, trabalha com as disciplinas de Matemática, Física e Estatísticas e o professor da área de Ciências da Natureza, 42 anos, tecnólogo em Gestão Ambiental e licenciando em Letras com habilitação em Língua Inglesa, leciona as disciplinas de Biologia, Química e Língua Inglesa.

Em decorrência do vencimento do contrato da professora da área de Linguagens no final do ano de 2019, a escola se encontrava até agosto de 2020 sem docente de Língua Portuguesa. Com base nas falas dos docentes da escola, a antiga professora de Língua Portuguesa era declaradamente militante do MST, formada em Letras e Pedagogia da Terra, uma iniciativa do MST, que tem por objetivo formar professores dentro da ideologia do movimento. Os professores relataram que a formação em Pedagogia da Terra por parte da professora contribuiu imensamente para uma atuação mais crítica perante os educandos, sempre baseada no respeito ao modo de vida do ser humano do campo, bem como contribuindo para a valorização da identidade cultural dos mesmos.

Percebeu-se na fala dos mesmos, que o fato de serem contratados temporários resulta em algumas consequências negativas no trabalho escolar. Enfatizaram que não se sentem tranquilos no que diz respeito aos seus direitos garantidos, os salários são baixos, não existe progressão na carreira e temem participar de greves ou mobilizações da categoria, pois têm receio de represálias por parte do poder público.

Todos os docentes afirmaram ter participado de algum curso ou encontro promovido pela Secretaria Municipal da Educação de Alcobaça – BA e também pelo MST. O professor da



área Ciências Humanas e a professora da área de Ciências Exatas relataram que participaram diversas vezes de cursos e encontros oferecidos pela Prefeitura Municipal de Alcobaça e/ou em parceria com as empresas de celulose da região, entretanto, foram enfáticos em relatar que nunca receberam formação por parte da Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

A proposta pedagógica e o currículo escolar

De acordo com relatos dos professores da extensão do Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho localizada no Assentamento 40/45 todos os estudantes matriculados na escola são camponeses ou filhos de camponeses e residem no assentamento ou em áreas próximas ao assentamento. Quando questionados se acreditam que a escola é uma referência educacional para o MST, os professores afirmaram que nos últimos anos o assentamento recebeu um número grande de novos moradores provenientes da zona urbana e que, em sua maioria, esses novos moradores não conhecem ou não se identificam com a ideologia do MST e isso impactou muito na educação ofertada pela escola. Todavia, os professores relataram que a escola ainda mantém viva a concepção pedagógica do MST.

Para identificar a essência da concepção pedagógica de uma escola e, consequentemente, de seus professores, deve-se primeiramente entender de que maneira a escola se encontra alicerçada, qual o ponto de partida para os professores desenvolverem suas ações e atingirem suas metas. A base de uma escola é o Projeto Político Pedagógico (PPP), é o que fornece à escola sustentabilidade e autenticidade. O PPP é o documento construído coletivamente pelos atores do processo educacional, sejam eles docentes, discentes, pais de discentes, gestores, dentre outros. Os objetivos, as diretrizes e ações a serem desenvolvidos no processo educacional de uma escola devem constar de maneira detalhada no seu Projeto Político Pedagógico. (LIBÂNEO, 2004)

Geralmente uma escola para ser considerada uma escola do campo, e não apenas uma escola no campo, deve conter disciplinas, conteúdos, objetivos ou metas que expressem a valorização ou afirmação da cultura e identidade dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. No entanto, os professores e a secretária autorizada afirmaram que a unidade escolar não possui um PPP, dificultando a compreensão de seu objetivo. Para os professores a falta de coordenação pedagógica seria o principal responsável pela não existência do PPP da escola.

Entende-se que a coordenação pedagógica, geralmente, atua como condutora responsável pela articulação, mobilização, organização e harmonização do PPP da escola, entretanto, não é a única responsável, o documento nasce da construção conjunta de toda



comunidade escolar, que, por sua vez, deve reconhecer a importância do PPP como a base estrutural da escola. Tendo o mesmo bem definido, ainda havendo rotatividade de alunos, dos professores e funcionários, as estruturas da escola continuam fortes, com seu objetivo e metas bem definidas e a partir dele se planejam as ações.

Percebeu-se posteriormente em entrevista com o gestor da escola sede localizada no Assentamento Três Irmãos, distante aproximadamente 125 quilômetros do Assentamento 40/45, que apesar dos professores desconhecerem, a escola possui o seu PPP. Segundo o gestor escolar, a extensão do Assentamento 40/45 foi anexada em abril do corrente ano e em decorrência da pandemia do Covid-19 e, conseqüentemente, o fechamento das escolas impossibilitou a apresentação e debates sobre o PPP e o currículo da escola sede.

Apesar dos professores desconhecerem o PPP e da ausência de coordenação pedagógica, os docentes desenvolvem seus projetos individuais e coletivos. Um dos projetos que envolve, não apenas a escola, mas toda a comunidade, é o “Dia do Agricultor e da Família”, que, geralmente, é desenvolvido no mês de julho e tem como objetivo a valorização dos trabalhadores do campo e suas famílias. Segundo os professores, no desenvolvimento dos projetos são realizadas seminários, palestras, apresentações artísticas como dança, música, poesia e produções textuais e confecção de cartazes.

Outra questão relevante no Colégio do Campo Vinte e Cinco de Julho – Extensão Assentamento 40/45 foi a configuração de seu currículo. No entendimento de Machado (2003), o currículo é um instrumento político e técnico responsável por orientar os rumos da escola, configurando-se em um dos pilares da proposta pedagógica das unidades de ensino. É o meio pelo qual definimos os fins sociais e culturais da educação, é a estruturação do caminho que leva à organização de procedimentos e instrumentos para materialização de uma educação contextualizada. Desta maneira implicando em escolhas que irão conduzir a um processo educacional que vise o direcionamento do ser humano e, por conseguinte, do mundo que se pretende construir.

Ao questionar os educadores a respeito da construção e aplicabilidade do currículo da escola e se este contempla as especificidades da educação do campo, ficou claro que a escola trabalha com um currículo descontextualizado com a realidade dos educandos. A forma que os conteúdos são apresentados na proposta curricular não difere das demais escolas qualificadas como urbanas.

É uma reivindicação antiga a aquisição de material didático específico para a escola do campo que esteja contextualizado com uma proposta pedagógica que contemple uma



educação emancipadora, voltada para os educandos do campo visando melhor compreensão da sua realidade, contudo sem deixar de associá-la ao mundo globalizado.

Questionados sobre como falta dos recursos midiáticos impacta na dinâmica pedagógica da escola e quais soluções eles encontravam para minimizar esse problema, o professor da área de Ciências Humanas afirmou que minimizam essas carências com parceria da Escola Municipal Elói Ferreira da Silva, localizada ao lado da extensão do Colégio Vinte e Cinco de Julho.

No entanto, percebe-se que as paredes de uma escola têm muito a nos contar sobre sua identidade, os cartazes colados, as pinturas de imagens, os rabiscos e frases escritas pelos estudantes são relatos de sua história. Segundo Alves (1998), escolas de muros muito altos, geralmente, são um indicativo dos altos índices de criminalidade da comunidade na qual se insere. Muros exageradamente coloridos com imagem alegres e letras divertidas é um indicativo de que ali pode ser uma escola de ensino infantil, ou seja, as paredes, os muros da escola têm muito a nos dizer sobre a essência da escola, da sua identidade de atores.

Ao observar as paredes da extensão do Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho no Assentamento 40/45 a princípio depara-se com um muro grande, porém não muito alto, pintado de bege, com um portão de ferro. O muro na parte externa não possui nenhum tipo de pintura ou pichações, na parte interna uma frase pintada, “Quem o seu inimigo poupa, nas mãos lhe morre” do livro “O Mulato” de Aluísio Azevedo. Segundo os professores a pintura é resultado do projeto de literatura desenvolvido pela professora de Língua Portuguesa em 2018. As paredes da escola, também pintadas de bege, não apresentam rabiscos nem pichações; cartazes, apenas dois, o primeiro com a temática “As meninas na história”, no qual pode-se observar uma foto da ativista Malala Yousafzai⁴, resultado do projeto pedagógico desenvolvido no dia internacional da mulher pelo professor da área de Humanas. O segundo cartaz conta a origem do dia da Consciência Negra, também desenvolvido pelo professor de Humanas, porém do ano letivo de 2019.

Não foram encontrados cartazes ou imagens de mulheres camponesas ou referência aos povos negros do campo como quilombolas. Segundo a secretária autorizada, em decorrência da pandemia do Covid-19 e, conseqüentemente, o fechamento da escola, aproveitou-se o momento de ausência dos estudantes para fazer limpeza geral nas instalações e com isso foram retirados outros cartazes, inclusive de outros projetos pedagógicos.

⁴ Malala Yousafzai é uma ativista paquistanesa vencedora do prêmio Nobel em decorrência de sua luta pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo vem reforçar que a educação do campo no Brasil, apesar dos avanços na legislação, ainda é tratada com descaso por parte do poder público e órgão competentes. A existência do aparato legal que reforça e respalda a educação ofertada aos povos do campo esbarra na falta de vontade política e nos baixos investimentos que a fragiliza. Percebe-se com esse estudo de caso, que a extensão do Colégio Estadual do Campo Vinte e Cinco de Julho, localizada no Assentamento 40/45, não é diferente de grande parte do país.

São vários os problemas enfrentados pela unidade de ensino que impactam negativamente para a construção de propostas pedagógicas que contribuam para a formação da identidade cultural dos seus educandos e dentre os principais problemas pode-se destacar a falta de apoio pedagógico aos discentes e docentes. A escola não possuiu coordenador pedagógico, tampouco suporte pedagógico por parte do Núcleo Territorial de Educação (NTE), órgão do governo do estado que deveria fornecer suporte às escolas estaduais, cabendo apenas aos docentes a tentativa de organização e harmonização de suas ações dentro da escola.

Outro problema que merece destaque é o currículo, que destoa da realidade dos educandos, não existem disciplinas específicas na programação da escola que tratem das especificidades do campo, percebe-se que o referido currículo não difere do encontrado na maioria das escolas da zona urbana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas**. Rio de Janeiro: DPA, 1998.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. Tese de doutorado. UFBA: Salvador, BA, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERBAT, Márcio da Costa. FEIJÓ, Gabriela de Carvalho. **Diálogos com a Educação do Campo: o livro didático em questão**. Revista Brasileira de Educação do Campo, 2016. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2766/11849>> Acesso em: 20 jul. 2020.



BRASIL. **Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: CNE/MEC, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo:** traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, e CALDART, Roseli Salete. (Org). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral.** Tese de Doutorado. Campinas, SP: Faculdade de Educação /UNICAMP, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Educação rural e o desenraizamento do educador.** Revista Espaço Acadêmico, n. 49, jun. 2005.

PENIN, Sônia T. de Sousa. **A aula:** espaço de conhecimento, lugar de cultura. São Paulo: Papirus, 1994.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo e desenvolvimento rural sustentável:** avaliação de uma prática educativa. Juazeiro, Bahia: Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira:** estrutura e sistema. São Paulo: Saraiva, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1987.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Projeto de ensino aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e a realização. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2006 (1995).

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.